

Responsabilidade social universitária, qualidade e pertinência social: desafios à gestão

Inês Amaro da Silva¹

Resumo: A Responsabilidade Social Universitária (RSU), como gestão ética dos processos de ensino, pesquisa, extensão e administração institucional, é recentemente incorporada na educação superior e interage com diferentes projetos em disputa, no contexto das relações universidade-sociedade. No artigo, discutimos a RSU como categoria emergente e como estratégia de gestão que se associa à qualidade com pertinência social. Identificamos desafios e possibilidades da RSU fortalecer um projeto de educação superior como bem público e vislumbramos caminhos impulsionadores de novos futuros neste campo.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Universitária; Gestão; Qualidade com Pertinência Social.

Socially responsible university, quality and social pertinence: challenges to management

Abstract: The Socially Responsible University (SRU), as ethical management of the processes of teaching, research, extension and institutional management is, recently being incorporated in higher education and interacts with different projects in the context of university - society relations. We discuss SRU as an emerging category and management strategy that combines quality with social pertinence. We identify challenges and possibilities for SRU to strengthen a higher education project as a public good, so we see path boosters of a new future in this field.

Keywords: Socially Responsible University; Management; Quality with Social Pertinence.

¹ Professora da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social e Doutora em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da PUCRS. E-mail: <ines.amaro@puers.br>

Introdução

No presente artigo, discutimos a Responsabilidade Social Universitária (RSU) como um modelo de gestão de impactos e processos no âmbito dos quatro macrossistemas da universidade: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Com base na pesquisa teórica realizada em um dos capítulos de nossa tese de doutorado sobre Educação Socialmente Responsável no ensino de graduação em universidade comunitária (SILVA, 2014), refletimos aqui sobre a RSU como uma estratégia de gestão ética que pode fortalecer um projeto de educação superior como bem público, comprometido com a qualidade com pertinência social.

Compreendemos as relações universidade-sociedade a partir de diferentes projetos em disputa que se expressam, no cenário internacional, sob a influência de diretrizes de organizações de referência como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No diálogo com diferentes tendências, buscamos identificar aquelas que priorizam o lugar e o papel da universidade nas relações com a sociedade tomando como direção o fortalecimento da cidadania, da democracia e do desenvolvimento sustentável. Identificamos a influência das citadas organizações multilaterais, bem como de farta produção intelectual e de experiências de universidades no contexto latino americano, as quais são reveladoras do movimento da RSU como alternativa para amadurecer um projeto de educação superior na direção acima referida.

Na construção teórica da pesquisa, desvendamos os caminhos e as relações entre a responsabilidade social e a sua incorporação na educação e utilizamos para tanto como uma das referências a sociedade de risco (BECK, 1998). Os riscos, que no modo de produção e de vida modernos assumem um caráter sistêmico global e produzem efeitos colaterais não desejados, apontam dilemas éticos que passam a atravessar não somente as empresas e a economia de mercado, mas a ciência e a tecnologia. Como aponta Beck (1998), os riscos que irrompem contemporaneamente se diferenciam tanto por seu alcance social, quanto por sua constituição científica e política e necessitam, portanto, ser controlados, previstos, impedidos, calculados e/ou mitigados.

A RSU emerge, por um lado, como um eco da responsabilidade social empresarial e parte das novas estratégias do capitalismo global e, por outro lado, como resposta aos desafios de recriar instituições que formem profissionais e gerem conhecimentos de forma orgânica (VILLANUEVA, 2012), considerando a necessidade de responder a novos problemas de desenvolvimento.

No contexto das relações universidade-sociedade, constatamos, assim, inevitáveis interfaces da RSU com a ciência, a tecnologia e a inovação. O caráter incerto dos resultados da ciência, num mundo mais consciente dos riscos do conhecimento produzido e das decisões sustentadas nesse conhecimento, desafia a responsabilidade institucional e mobiliza novas formas de produção, organização e utilização do conhecimento, de modo que as mudanças no campo científico e tecnológico e suas implicações no nível institucional e organizacional da educação superior são incorporadas na discussão sobre a responsabilidade social das universidades, em suas relações com a qualidade e a pertinência social.

Desse modo, a responsabilidade social entra para a agenda da educação superior, seja como elemento incorporado à gestão, aos processos educativos e às práticas institucionais, seja como preocupação da ciência e objeto de pesquisa. Como categoria em construção, convida a universidade à reflexão crítica, à discussão interna, à busca pelo alinhamento de concepções e ao posicionamento institucional que responda de forma coerente às demandas da sociedade, em conformidade com a missão, identidade e cultura de cada instituição de ensino.

Em especial a partir da primeira década deste século, a RSU emerge carregada de significados políticos, econômicos e sociais. Grosso modo, a responsabilidade social atualiza preocupações e formas históricas de responder à questão social (IAMAMOTO, 2000), bem como incorpora na sua trajetória a questão ambiental (CARVALHO, 2010), em um contexto de disputas conceituais e ideológicas sobre a sustentabilidade.

Tomando como base o sentido contemporâneo mais usual do termo, sob a ótica de instituições de referência (INSTITUTO ETHOS, 2013; COMISSÃO EUROPEIA, 2013; ABNT, 2010), abordamos neste artigo a RSU como desafio à gestão em termos dos processos e impactos e tendo como essência o enfoque educativo. Concordamos com Dias Sobrinho (2008) que o núcleo central da responsabilidade social na educação

superior reside na missão de formar cidadãos e profissionais com qualidades necessárias para a construção de sociedades democráticas e desenvolvidas.

Responsabilidade Social Universitária: Mudanças na Gestão

Os movimentos na educação superior e os novos contornos que a caracterizam a partir do impacto do processo de globalização neoliberal, que se intensifica no final do século XX, tem no desinvestimento do Estado e na globalização mercantil da universidade suas principais características (SGUISSARDI, 2000; SANTOS, 2005). A distinção entre universidade pública e privada é substituída por uma noção de universidade-empresa, financiada por recursos públicos e privados e inserida em um promissor mercado transnacional que emerge no século XXI.

Entre as políticas dos organismos internacionais a partir do final da década de 1990, as estratégias do Banco Mundial em relação ao desenvolvimento tem forte impacto na educação superior, em especial expressas nos documentos *Prioridades y Estratégias para la Educación* (BANCO MUNDIAL, 1995a) e *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1995b), por meio dos quais se fortalecem medidas que buscam a racionalização da eficiência da educação e a redefinição do papel do governo na educação superior.

Nesse momento histórico, iniciativas internacionais lideradas por esta e outras organizações como OCDE, Organização Mundial do Comércio e UNESCO, assumem um papel de orientadoras na construção de paradigmas que revelam diferentes projetos e modelos de relação universidade-sociedade. Novas diretrizes fomentam a expansão do ensino superior e potencializam a internacionalização através de estratégias que veiculam, para além dos direcionamentos econômicos, conteúdos políticos e ideológicos que muitas vezes desfazem os limites entre público e privado através de um híbrido de “[...] quase-mercado e pseudo-privatização”. (DIAS SOBRINHO, 2012 p. 184).

No contexto dessas mudanças, concorrem pensamentos pragmáticos e simplificadores que compreendem a responsabilidade social da universidade como a sua capacidade de produzir conhecimento economicamente útil, com outros posicionamentos. Como coloca Morosini (2009a;2009b), entram na agenda dessas instituições os novos paradigmas no processo de ensinar-aprender, o papel do

conhecimento como fundamento do desenvolvimento sustentável da sociedade e as contribuições do ensino superior para a democracia e a superação das questões sociais e ambientais, na perspectiva da responsabilidade social e da sustentabilidade, destacando valores como a qualidade, acesso, igualdade, pertinência e relevância social.

Nesse cenário, a educação superior contemporânea “[...] tem uma responsabilidade pública fundamental a respeito dos conteúdos curriculares, da ética e dos valores que transmite.” (LOPEZ SEGRERA, 2010, p. 106, tradução nossa), e a responsabilidade social das universidades implica, assim, que as instituições revisem suas missões para “[...] equilibrar o conhecimento economicamente pertinente como conhecimento humano e social pertinente.” (LOPEZ SEGRERA, 2010, p. 106, tradução nossa).

No complexo conjunto de variáveis que afeta este campo, identificamos na RSU uma estratégia de gestão com potencialidade de alcance bem mais abrangente, profundo e desafiador.

A crítica ao modelo de educação superior que vai se colocando como hegemônico se expressa na proposição de caminhos alternativos, com novos processos de organização e auto-organização que emergem da tensão entre múltiplas contradições. Indicativos desse movimento são as Conferências Regionais e Mundiais de Educação Superior da UNESCO, a partir de 1998, na luta pela educação como direito humano universal de todos os cidadãos e como dever do Estado.

O reconhecimento da autoridade intelectual das universidades para se expressarem sobre problemas éticos, culturais e sociais de forma independente e consciente de suas responsabilidades é apontado na Conferência Mundial da Educação de 1998 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, UNESCO, 1998). Este seria um projeto de uma universidade que, como diz Enders (2012, p. 238, tradução nossa), deve ser consciência crítica da sociedade, nem enclausurada, nem militante e sim uma universidade participativa “[...] quer dizer, uma universidade que atua em todos os aspectos da vida social, sem perder seu caráter acadêmico.”

No contexto das disputas dos diferentes projetos, reconhecemos a existência de complexos desafios e riscos, ao lado de grandes oportunidades. Compreendemos que, se

a educação se impõe como serviço comercial global e se impõe uma maciça ampliação do acesso a esse nível de ensino, a garantia da defesa do bem público necessita ser repensada sobre outras bases, considerando as novas realidades e dialogando com as novas demandas.

Ou seja, a RSU não pode ser um projeto utópico desconectado dos movimentos econômicos, políticos e sociais emergentes. Os desafios de sua implantação como modelo de gestão implicam superar visões reducionistas e distorcidas que marcam a sua trajetória no campo da educação.

Como aponta Calderón (2006), a responsabilidade social não pode ser confundida com a execução de projetos socioambientais nas comunidades, nem com estratégias de marketing preparada para os avaliadores, no contexto das políticas de avaliação institucional. Da mesma forma, é preciso superar dois erros comuns que marcam a imprecisão conceitual ainda vigente (VALLAEYS, 2008), quais sejam: confundir a RSU com ação social solidária, com extensão social e demais concepções associadas, como ajuda social, sensibilidade social ou compromisso social; tomar a RSU como forma ideológica dicotômica, desde a oposição direita-esquerda, negando seu maior valor, que é a intenção de promover o diálogo e consenso entre as partes interessadas no campo social.

Segundo Calderón et al (2011), as Conferências Mundiais de Educação ampliam a concepção de responsabilidade social e fortalecem a defesa da educação como bem social e público, por outro lado, revelam uma irreversível vitória da educação como serviço comercial. O caráter híbrido da educação superior se manifesta na busca por manter uma dimensão ética que busca se equilibrar entre o liberalismo econômico e o liberalismo político, no sentido dos valores da cidadania (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011). Essencialmente, conforme os mesmos autores, dois enfoques representam visões paradigmáticas antagônicas e possibilitam compreender as atuais divergências teóricas neste campo: a responsabilidade social como cumprimento das atividades históricas da universidade e a responsabilidade social como resistência ao mercantilismo neoliberal (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

A concepção de RSU que adotamos busca, a partir do pensamento complexo, dialogar com os diferentes enfoques nagestão institucional, enfrentando dilemas,

contradições, erros e incertezas para produzir novas formas de organização e posicionar a universidade política e eticamente em prol de mais amplos interesses sociais, na construção de novos modelos de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O aprofundamento da concepção de responsabilidade social na universidade, como bem coloca Vallaey (2013), envolve a filosofia de gestão.

[...] a responsabilidade social das organizações segue sendo uma noção nebulosa que suscita uma reflexão ética e política permanente acerca de nossas práticas econômicas, técnicas, científicas e sociais. A responsabilidade social, geralmente tratada no campo da gestão, é, na realidade, bem mais uma noção filosófica que põe em questão, senão em cheque a gestão. (VALLAEYS, 2013, p. 1, tradução nossa).

Abordar a RSU nessa perspectiva requer considerar os princípios da complexidade (MORIN, 2008) ao incluí-la como estratégia da gestão institucional, abrangendo *impactos e princípios e processos* que englobam os quatro grandes sistemas: ensino, pesquisa, extensão e administração institucional. Segundo Vallaey (2006), a responsabilidade social das universidades é compreendida como uma política de qualidade ética que abrange todas as atividades da comunidade universitária, através de uma gestão responsável dos serviços educativos, cognitivos, laborais, sociais e ambientais. Supõe estabelecer um diálogo participativo da universidade com a sociedade, tendo em vista promover o desenvolvimento humano sustentável.

A íntima relação que passa a se estabelecer entre responsabilidade social, sustentabilidade e gestão de riscos e impactos, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, encontra em uma nova ética o seu fundamento e princípio norteador. Concebendo a responsabilidade social universitária como nova filosofia de gestão ética e inteligente nas universidades, Vallaey (2008) chama atenção para o fato de que não podemos mais considerar as organizações como sistemas autistas em relação a seu entorno, gerando externalidades não administráveis. A responsabilidade social implica este dever ético e a obrigação moral e epistemológica de internalizar as externalidades e não limitar a gestão a seus processos internos, o que implica acolher o pensamento complexo no centro da reflexão ética e política.

Como aponta Vallaey (2006, p. 37), “a responsabilidade social se desenvolve quando uma organização toma consciência de si mesma, de seu entorno e do papel que nele representa”. O desenvolvimento de uma consciência global e integral envolve as

peças e o ecossistema e move a organização em direção a princípios éticos sustentáveis tanto na produção e transmissão de saberes, quanto na formação de profissionais.

A gestão dos impactos significa diagnosticar, cuidar e prevenir os impactos negativos possíveis e maximizar os positivos, tendo em vista a pertinência social da universidade. Esta noção permite passar de “[...] uma ética pessoal limitada às boas intenções a uma ética sistêmica que contemple o Princípio da ecologia da ação de E. Morin.” (VALLAEYS, 2008, p 205, tradução nossa). O diálogo com as partes interessadas viabiliza um processo de democratização da tomada de decisões e contribui para a superação do egocentrismo organizacional.

Considerando que a abordagem da gestão dos impactos é referência em iniciativas internacionais voltadas a sistematizar e fomentar o desenvolvimento da RSU, identificamos na iniciativa da UNESCO, através do *Observatório Regional de Responsabilidad Social Universitaria América Latina y el Caribe* (ORSALC) e da *Asociación de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesus en América Latina* (AUSJAL) importantes orientações. O quadro a seguir se utiliza dessas referências para apresentar as áreas de impacto da gestão da RSU na universidade.

Quadro I - RSU e a Gestão de Impactos

Impactos	VALLAEYS	AUSJAL
Impactos organizacionais	<i>Aspectos laborais e ambientais</i> - hábitos de vida cotidiana no campus, que derivam em valores vividos e promovidos intencionalmente ou não, que afetam as pessoas (Quais são os valores que vivemos no dia a dia? Como devemos viver em nossa universidade de forma cidadã e responsável, em atenção à natureza, à dignidade e ao bem-estar dos membros da comunidade universitária?).	A universidade, como qualquer organização, gera impactos na vida de cada um de seus membros. A gestão socialmente responsável deve ser coerente com os princípios institucionais e a identidade (Inaciana), em um ambiente que favoreça a inclusão, a participação e a melhoria contínua.
Impactos ambientais	(incorporada nos impactos organizacionais)	A universidade, no exercício de suas atividades cotidianas, gera impactos sobre o meio ambiente que afetam sua sustentabilidade global. Portanto, deve contribuir para criar uma cultura de proteção do ambiente e de gestão socialmente responsável dos recursos ambientais disponíveis.

<p>Impactos educativos</p>	<p><i>Formação acadêmica</i> – tudo que se relaciona aos processos de ensino e aprendizagem e à construção curricular que deriva no perfil de egresso que se está formando (Que tipo de profissionais e pessoas vamos formando? Como devemos estruturar nossa formação para formar cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento humano sustentável?)</p>	<p>A universidade tem um impacto direto na formação dos estudantes, em sua maneira de entender e interpretar o mundo e sua relação com a transcendência, a forma como se comportam e valoram certas coisas em sua vida, influenciando na definição da ética profissional de cada disciplina e seu papel social. Portanto, deve buscar a gestão socialmente responsável da formação acadêmica e pedagógica, propiciando experiências vivenciais, iniciativas interdisciplinares e interinstitucionais, e reflexão crítica sobre as mesmas.</p>
<p>Impactos cognitivos e epistemológicos</p>	<p><i>Investigação e epistemologia</i> – tudo o que se relaciona às orientações epistemológicas e deontológicas, os enfoques teóricos e as linhas de investigação, os processos de produção e difusão do saber, que derivam no modo de gestão do conhecimento. (Que tipo de conhecimentos produzimos, para quem e para quem? Que conhecimentos devemos produzir e como devemos difundir-los para atender às carências cognitivas que prejudicam o desenvolvimento social no país?)</p>	<p>A universidade orienta a produção do saber e as tecnologias. Portanto, deve buscar a gestão socialmente responsável desta produção e dos modelos epistemológicos promovidos, a fim de evitar a fragmentação do saber, favorecer a articulação entre tecnociência e sociedade, promover a democratização da ciência e influir fortemente na definição e seleção dos problemas da agenda científica.</p>
<p>Impactos sociais</p>	<p><i>Extensão, transferência e projeção social</i> – tudo que se relaciona com os vínculos da Universidade, com atores externos, sua participação no desenvolvimento da comunidade e do capital social, que derivam no papel social da Universidade como promotora do desenvolvimento humano sustentável. (Que papel assumimos no desenvolvimento da sociedade, com quem e para quem? Como a Universidade pode ser, por sua função e competência específica, partícipe do progresso social?)</p>	<p>A universidade impacta sobre a sociedade e seu desenvolvimento econômico, social e político, não somente porque forma profissionais e líderes, mas porque ela mesma é um ator social. Portanto, deve buscar a gestão socialmente responsável de sua participação no desenvolvimento humano sustentável da comunidade renunciando ao assistencialismo e propiciando a coprodução entre distintos atores e saberes, criando capital social, vinculando a educação dos estudantes com a realidade, visando um conhecimento de qualidade e relevância.</p>

FONTE: A autora, com base em Vallaey (2008, p 209-210) e Asociación de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesus en América Latina (2009, p 21-22) (tradução nossa).

Segundo a AUSJAL (2009), as políticas que orientam a ação e os indicadores que permitem avaliar os resultados de RSU nas universidades baseiam-se nessas cinco

áreas de impacto. A articulação entre essas dimensões é o que garante a sustentação das relações universidade-sociedade. Dentro dessa perspectiva e na visão de Vallaey (2008), quatro áreas de gestão necessitam estar organicamente vinculadas: administração/campus responsável, voltada à qualidade de vida institucional e aos comportamentos éticos e democráticos; formação acadêmica integral, profissional e cidadã; investigação/gestão social do conhecimento, voltada à democratização da ciência, e, participação social solidária e eficiente, através da extensão e projeção social, voltada à criação de redes de capital social.

No caso de uma universidade, os impactos educativos e cognitivos são a essência do fazer universitário e onde residem os maiores riscos e as maiores potencialidades no que se refere à contribuição para um novo modelo de gestão ética e de compromisso com o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, privilegiar o enfoque educativo é uma forma de dar visibilidade e de fortalecer processos e políticas institucionais que contribuam para a qualificação das iniciativas de formação acadêmica voltadas ao desenvolvimento ético e à cidadania. Para tanto, tão importante quanto desenvolver ações que promovam impactos impulsionadores dessa direção é ampliar a consciência organizacional em relação aos possíveis impactos negativos de suas atividades.

Conforme o ORSALC (2012), a universidade socialmente responsável aspira à congruência entre seu discurso e seus atos em todos os aspectos. O estudo, o diagnóstico e a comunicação para a comunidade universitária dos impactos negativos dos processos da universidade, quando estudados e assumidos com seriedade e responsabilidade, são assim fontes de mudanças profundas nas rotinas e na mentalidade dos membros da comunidade acadêmica e administrativa.

No quadro a seguir, elencamos alguns possíveis impactos em cada uma das zonas de influência universitária, os quais podem ser enriquecidos permanentemente na medida em que novos conteúdos teóricos e práticas institucionais vão sendo construídos, experimentados e refletidos.

Quadro II – Possíveis Impactos e a Gestão da Responsabilidade Social Universitária (RSU)

Zonas	Possíveis Impactos Negativos	Gestão Responsável dos Impactos
ORGANIZAÇÃO/ ADMINISTRAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Incongruências institucionais • Maltrato laboral • Falta de democracia e transparência • Uso inadequado dos serviços e recursos ambientais • Medida da pegada ecológica 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão participativo, ético e transparente • Prestação de contas sistemática e ampla • Boas práticas laborais • Boas práticas ambientais • Sistemas de gestão ambiental
COGNIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Desvinculação universidade-sociedade • Irresponsabilidade científica • Fragmentação do saber • Carência de inter e transdisciplinaridade 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da inter e transdisciplinaridade • Pertinência social da pesquisa • Amplo acesso e disseminação do saber produzido • Responsabilidade social da ciência
PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Assistencialismo/paternalismo • Mercantilização da extensão • Indiferença aos problemas sociais • Desvinculação do ensino e da pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação e protagonismo • Desenvolvimento de capital social • Engajamento com problemas sociais locais e regionais
EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Hiperespecialização (inteligência cega) • Falta de formação ética e cidadã • Incoerências – currículo oculto • Redução da formação aempregabilidade • Reprodução das patologias sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação cidadã e profissional responsável • Aprendizagem socialmente pertinente e solidária • Projetos pedagógicos e matrizes curriculares socialmente consensuadas

FONTE: A autora (2013), baseado em Vallaey (2008 p 211) e outros elementos adicionados.

Segundo o ORSALC (2012), a responsabilidade social das universidades envolve o compromisso autônomo e participativo que orienta as mesmas no cumprimento da missão institucional e no enfrentamento da equidade e dos desafios ambientais, tendo como bases a relevância social e a gestão ética e transparente. A partir da gestão dos impactos, o citado Observatório identifica sete grandes temas e processos-chave da RSU, os quais, no conjunto, respondem às cinco áreas de impacto da universidade, abrangendo de forma ampla e profunda a gestão institucional, conforme apresentado abaixo.

Quadro III – Temas da Responsabilidade Social Universitária (RSU)

Tema	Abrangência
Democracia e Transparência	Todos os temas relacionados com a eleição dos dirigentes, os processos participativos e democráticos de tomada de decisões e prestação de contas para a comunidade universitária e a sociedade.
Equidade, Recursos Humanos e Clima Laboral	Todos os temas relacionados com a equidade salarial e laboral entre gêneros, a integração de pessoas com necessidades/habilidades especiais, as condições e relações de trabalho, o bem-estar das pessoas e a formação profissional e pessoal.
Meio Ambiente e Campus Sustentável	Todos os temas relacionados com a pegada ecológica da universidade, os processos de gestão ecologicamente sustentável do campus, a formação de pessoas nos temas ambientais, os critérios social e ambientalmente responsáveis utilizados para compras e relações com os fornecedores.
Educação Socialmente Responsável	Todos os processos acadêmicos que asseguram que a formação humanística e profissional seja direcionada à missão socialmente responsável da Universidade, assim como as medidas de gestão e avaliação da qualidade acadêmica responsável.
Gestão Social dos Conhecimentos	Todos os processos acadêmicos que assegurem a construção crítica de conhecimento, a fim de melhorar a formação do aluno, a relevância e a pertinência social da pesquisa e sua difusão e o exercício cidadão das ciências.
Integração Curricular da Extensão	Todos os processos acadêmicos que permitem avaliar e integrar a extensão (alcance social, voluntariado, serviço social estudantil, transferência de tecnologia e consultoria) dentro de currículos para melhorar a formação e a pesquisa em cada curso.
Desenvolvimento Local e Regional	Todos os processos de diálogo social e de redes externas em que a universidade pode participar, a fim de influenciar o desenvolvimento de políticas públicas (local, nacional e / ou internacional).

FONTE: Elaborado pela autora, com base no ORSALC, 2012 (tradução nossa).

O quadro com os sete temas permite construir um modelo orgânico que contempla a complexidade da gestão e o engajamento de múltiplas partes interessadas, tendo em vista a ética nas relações universidade-sociedade, sustentada em critérios de qualidade, excelência e pertinência social.

A RSU, como filosofia e como gestão, se transforma em estratégia para o processo de construção do desenvolvimento sustentável. Associada a outros movimentos e iniciativas que concorrem e ocorrem simultaneamente no campo da educação superior, na dinâmica institucional e nas relações com a sociedade, a gestão da RSU pode contribuir para provocar mudanças nas bases materiais e de gestão institucional em direção ao fortalecimento de processos dialógicos e democráticos na

perspectiva da qualidade com pertinência social, materializando a proposta de educação como um bem público.

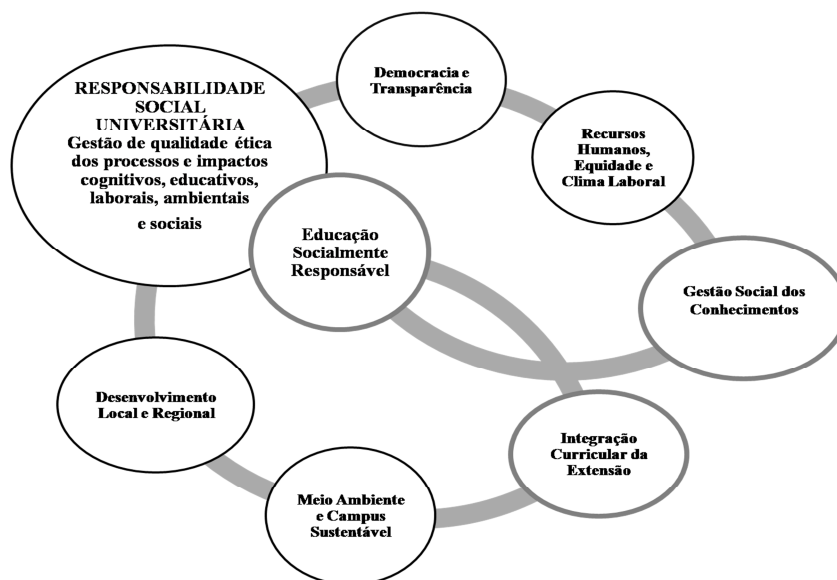
Reiteramos a ideia do ORSALC (2012) de que a RSU permite lutar contra a universidade isolada do contexto social, a marginalização das partes interessadas, o ativismo voltado à mera busca da empregabilidade dos estudantes, a hiperespecialização mental e organizacional e a falta de inter e transdisciplinaridade. Ainda, permite lutar contra tendências enfoques que privilegiam os fins lucrativos, os *rankings* e amercantilização da investigação. A RSU permite preservar a diversidade cultural nas relações de cada universidade com seu entorno (ORSALC, 2012).

O conjunto dos sete temas propostos articulados às quatro grandes áreas de impactos da universidade confere maior amplitude de abordagem e de possibilidades, num ambiente complexo e carregado de contradições e paradoxos. Uma visão que supere a fragmentação universidade-sociedade, como se os problemas sociais e ambientais fossem da sociedade e não da universidade, passa pela superação da racionalidade que forma os técnicos e os pesquisadores, posto que esta mesma racionalidade produz tais problemas. Daí a necessidade de a universidade olhar a si mesma e aos modelos mentais, epistemológicos e cognitivos que produz, para além de praticar o seu histórico compromisso social.

Resgatamos aqui a relação entre responsabilidade social, sustentabilidade e gestão de impactos na educação ea demanda por uma nova ética como princípio norteador. Há carência de construções teóricas e metodológicas sobre RSU capazes de contemplar a complexidade, extensão e profundidade que a mesma pode abarcar. A responsabilidade social em relação aos processos e impactos na comunidade interna, externa e na sociedade em geral, mobiliza a universidade a pensar-se e a tomar decisões sobre os valores que sustenta na interação dinâmica que estabelece com as diferentes partes interessadas. Isso implica contribuir para transformar o paradigma epistêmico e ético-moral (DIAS SOBRINHO, 2008) que tem sustentado as formas de pensar e agir de governos, instituições e pessoas, e que tem priorizado atender às demandas de um modelo de desenvolvimento predominantemente econômico.

Do exposto, depreendemos a relação entre responsabilidade social, qualidade, pertinência social e produção de conhecimento. E podemos expressar graficamente a gestão da RSU com as conexões entre os sete temas:

Figura I – Sete Temas na Gestão da Responsabilidade Social Universitária



FONTE: A autora, inspirado no ORSALC, 2012.

Na figura, a gestão da RSU tem na Educação Socialmente Responsável (ESR) o eixo norteador e estruturante por meio do qual são impulsionadas as demais estratégias na universidade. A ESR impulsiona os processos acadêmicos e administrativos que fomentam a responsabilidade social em toda a organização e está diretamente articulada à Gestão Social do Conhecimento (GSC), pois, do ponto de vista acadêmico, a construção crítica dos conhecimentos, a pertinência social da pesquisa e sua difusão, aprimoram a formação e criam um círculo virtuoso de aprendizagem institucional.

Nessa perspectiva, a extensão, que se materializa em serviços, programas e projetos desenvolvidos com a comunidade externa, passa a ser organicamente integrada às propostas de ensino e de pesquisa que emergem das interfaces e do diálogo entre demandas, necessidades e interesses institucionais e sociais, representados por amplo conjunto de segmentos e partes interessadas. Estabelece-se, assim, a relação entre ESR, GSC e Integração Curricular da Extensão (ICE).

Os processos de Governança, Democracia e Transparência (DT), de Gestão de Recursos Humanos, Equidade e Clima Laboral (RHE) e do Meio Ambiente e Campus

Sustentável (MACS) respondem tanto à dimensão administrativa e organizacional da universidade e de seus compromissos com o desenvolvimento sustentável, quanto à dimensão educativa, pois envolvem a produção e a sistematização de conhecimentos, a implantação de novas estratégias e práticas de gestão e o enfrentamento de dilemas voltados a materializar princípios institucionais que impactam diretamente nas ações de formação. Tais processos administrativos, que atravessam e implicam a gestão de qualquer organização, em uma universidade encontram-se imbricados nos processos educativos e são por eles alimentados.

A nova compreensão que emerge confere lugar de destaque à Educação Socialmente Responsável que, articulada à Gestão do Conhecimento e a Integração Curricular da Extensão, irradia-se e impulsiona os demais temas da RSU na construção de caminhos que integrem, aos processos econômicos, os processos humano-sociais e ambientais do desenvolvimento institucional.

A discussão sobre a sociedade de risco e as relações com a fundamentação ética que permeia a concepção de responsabilidade social são aqui reiteradas na perspectiva da ciência, que tem sua responsabilidade tanto na geração quanto na proteção de riscos econômicos, sociais e ambientais. Dessa forma, a RSU, na perspectiva adotada, provoca o repensar sobre a produção e a disponibilização do conhecimento para a sociedade.

A complexidade deste processo e o caráter híbrido e de fronteiras nebulosas que lhe dão origem reside também no fato de que a ampliação das relações universidade-sociedade assume novas dimensões inclusive para responder às requisições do novo padrão de conhecimento na economia global. Este novo padrão impõe romper com a universidade “torre-de-marfim” e trabalhar em redes e alianças estratégicas, potencializando a relevância socioeconômica da inovação, através de processos não lineares de aprendizagem, participação e interatividade. (ETZKOWITZ, 2009).

A potência do movimento da ciência, da tecnologia e da inovação nas universidades que aderem a essas pressões e tendências não deixa dúvidas de que é na interface com tais realidades que a responsabilidade social da educação superior precisa ser disputada, problematizada e discutida. A importância dos conhecimentos e da inovação nas transformações tecnoprodutivas e na vida econômica e social e a ênfase à inovação para a superação da condição periférica dos países latino-americanos como um

todo exigem o debate sobre a ciência, a tecnologia e a inovação nos processos de desenvolvimento social. A pertinência, nesse sentido, estaria também relacionada à produção de conhecimentos relevantes para o setor produtivo e, nesse sentido, a política universitária deve relacionar-se com a política científico-tecnológica.

Assim, a responsabilidade social com a formação acadêmica, a produção de conhecimentos e a participação social universitária se associam às temáticas da qualidade e da pertinência social e encontram, a partir desta visão, um importante caminho para o fortalecimento de projetos que consolidem a perspectiva de educação superior como bem público e direito social universal (ENDERS, 2012; DIDRIKSSON, 2012). Ao referir-se ao papel que a educação superior desempenha na sociedade e ao que a sociedade espera da educação superior, a pertinência social remete ao "dever ser", uma imagem das instituições sobre si mesmas, relacionada aos objetivos, necessidades e carências das sociedades onde se inserem e às mudanças em curso no contexto mundial. A pertinência social pode implicar, assim, a revisão criativa das missões e planos institucionais e mesmo, se for preciso, que as mesmas se reinventem (BERNHEIM, 2000).

Caminhos para a Responsabilidade Social Universitária

Do que expusemos, ganham evidência o campo de disputas de projetos e as possibilidades e desafios da gestão da RSU como estratégia voltada a um projeto de educação superior que honre seu sentido público, com um norte ético de compromisso com os mais amplos interesses da sociedade, na perspectiva da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

Identificamos que a perspectiva da qualidade, associada à responsabilidade social e sustentada em novas relações entre ciência, tecnologia e inovação nas interações universidade-sociedade, tem na pertinência social uma importante referência. Como propõe Didriksson (2008), uma *universidade de inovação com pertinência social* tem o eixo da qualidade do processo educativo localizado na utilidade social dos conhecimentos produzidos e distribuídos pela universidade. A qualidade social conduz à ideia de uma instituição social com alto nível de compromisso e responsabilidade com a mudança social, a democracia, a paz e o desenvolvimento sustentável.

Este é o contraponto à economia do conhecimento, através de uma “[...] sociedade inteligente do conhecimento.” (DIDRIKSSON, 2008, p. 42, tradução nossa) no qual a criação de riqueza proveniente da ciência, da tecnologia e da inovação volta-se a alcançar melhores níveis de qualidade e bem-estar coletivo da população. Em tal perspectiva, podemos pensar em um contexto onde excelência e pertinência atuem de forma complementar, pois “[...] não poderíamos obter nenhuma pertinência se renunciássemos a excelência.” (ENDERS, 2012, p. 237, tradução nossa).

Um projeto de universidade como bem público e da RSU associada à qualidade social e pertinência está presente no tensionamento com as forças macroeconômicas e políticas globais que colocam a educação como serviço comercial transnacional. A RSU, na perspectiva sistêmico-complexa, pode impulsionar modelos de formação nas universidades pautados na ampliação das relações com a sociedade, pelo diálogo com um mais amplo espectro de diferentes partes interessadas e afetadas pelos impactos cognitivos, educativos, laborais, ambientais e sociais de suas atividades, na perspectiva de qualidade e pertinência social.

O papel a ser desempenhado pelas universidades na transição para a sustentabilidade tem lugar de destaque, a começar por sua contribuição na construção de uma visão que mobilize as organizações à criação de novos modelos de desenvolvimento. Este se constitui, talvez, em um dos maiores dilemas e desafio para o século XXI, que a pode fomentar encorajando o seu enfrentamento e participando da mudança cultural por meio da busca por coerência e por soluções inovadoras em seus processos.

A abordagem complexa implica mais do que a incorporação, adaptação ou absorção de demandas, pois desafia as universidades na construção de significados originais, próprios a cada realidade. A implantação de um modelo de gestão de RSU pode contribuir para alinhar concepções e perspectivas vigentes, integrar e articular estratégias e iniciativas em andamento, sistematizar novas práticas, detectar oportunidades e facilitar a definição de novas prioridades.

Longe de buscar uma única direção para um projeto emancipatório, trata-se de abrir espaços de discussão e reflexão que permitam dialogar sobre concepções e caminhos possíveis e acordar consensos e agendas comuns. A emergência de novas

vozes nas relações universidade-sociedade pode promover a qualidade na perspectiva da pertinência social ao consolidar, qualificar e ampliar políticas institucionais voltadas à educação como um bem público, comprometida com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

REFERÊNCIAS

AUSJAL. ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES CONFIADAS A LA COMPANÍA DE JESUS EM AMÉRICA LATINA. **Políticas e sistema de autoavaliação e de gestão da responsabilidade social universitária**. 2009. Disponível em: <http://www.ausjal.org/tl_files/ausjal/images/contenido/Investigacion/RSU_AUSJAL%20Version%20Completa%20con%20anexos.pdf> Acesso em: 26 jun. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 26000. Norma Brasileira. Diretrizes sobre Responsabilidade Social**. [S.l.]: ABNT, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**. Washington: World Bank, 1995a.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiência**. Washington: Banco Mundial, 1995b.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. Pertinencia social y principios básicos para orientar el diseño de políticas de educación superior. **Educación Superior y Sociedad**, Caracas, v. 11, n. 1-2, p. 181-196, 2000.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino**. Brasília, v. 24, n. 36, p.7-22, jun. 2006.

CALDERÓN, A. I.; PEDRO, R. F.; VARGAS, M. C. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 15, n. 39, p. 1185-1198, out./dez. 2011.

CARVALHO, Isabel C. M; TONIOL, Rodrigo. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. esp., set. 2010.

COMISSÃO EUROPEIA. **Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comitê econômico e social europeu e ao comitê das regiões - Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014**. 2011b. Disponível em: <[DIÁLOGO, Canoas, n.29, p. 09-28, ago. 2015. / ISSN 2238-9024](http://eur-</p></div><div data-bbox=)

lex.europa.eu/LxUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0681:FIN:PT:PDF>. Acesso em: 3 jul. 2013.

DIAS SOBRINHO, Jose. Calidad, pertinencia y responsabilidad social de la universidad latinoamericana y caribeña. In: GAZZOLA, Ana Lucia; DIDRIKSSON, Axel (Ed.). **Tendencias de la educación superior em America Latina y el Caribe**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.

DIAS SOBRINHO, Jose. Educación superior como bien publico: del principio a la realidad. In: FUENTE, Juan Ramón de la; DIDRIKSSON, Axel (Coord.). **Universidad, responsabilidad social y bien público: el debate desde América Latina**. México: Miguel Angel Porruá, 2012.

DIDRIKSSON, Axel. Contexto global y regional de la educación superior em America Latina y El Caribe. In: GAZZOLA, Ana Lucia; DIDRIKSSON, Axel (Ed.). **Tendencias de la educación superior em America Latina y el Caribe**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.

DIDRIKSSON, Axel. Universidad y bien publicoem la perspectiva de uma sociedad democratica del conocimiento. In: FUENTE, Juan Ramón de la; DIDRIKSSON, Axel (Coord.). **Universidad, responsabilidad social y bien público: el debate desde América Latina**. México: Miguel Angel Porruá, 2012.

ENDERS, Ernesto G. Universidad y sociedad: nueva visión para el siglo XXI. In: FUENTE, Juan Ramón de la; DIDRIKSSON, Axel (Coord.). **Universidad, responsabilidad social y bien público: el debate desde América Latina**. México: Miguel Angel Porruá, 2012.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice tríplice: universidade-indústria-governo: a inovação em ação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO ETHOS. **O que é a RSE**. 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

LOPEZ SEGRERA, Francisco. Visión de La II Conferencia Mundial de Educación Superior (CONFERENCIA MUNDIAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR, 2009). **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 105-109, 2010.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade na Educação Superior: tendências do século. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 165-186, maio/ago, 2009a.

MOROSINI, Marília Costa. Educação superior em tempo de supercomplexidade In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). **Inovação, universidade e relações com a sociedade**. p. 78-110. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009b.

ORSALC. OBSERVATÓRIO REGIONAL DE RESPONSABILIDAD SOCIAL UNIVERSITARIA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **U-Benchmarking Club en Responsabilidad Social Universitaria**. 2012. Disponível em: <http://www.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2479&Itemid=644&lang=es>. Acesso em: 28 maio 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción. **Diálogo**, México, n. 25, p. 26-29, 1998.

SANTOS, Boaventura Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SGUISSARDI, V. Educação superior: o Banco Mundial reformará suas teses e o Brasil reformará sua política? **Educação Brasileira**, Brasília, v. 22, n. 45, p.11-53, set., 2000.

SILVA, I.A. **Educação socialmente responsável: expressões no ensino de graduação em universidade comunitária** [documento impresso e eletrônico]. Porto Alegre, 2014. p.272. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5189>, 2014.

VALLAEYS, François. O que significa responsabilidade social universitária? **Estudos. Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, v. 24, n. 36, p. 35-56, jun. 2006.

VALLAEYS, François. Responsabilidad social universitaria: una nueva filosofía de gestión ética e inteligente para las universidades. **Educación Superior y Sociedad: nueva época**, [S.l.], v. 13, n. 2, sep., 2008.

VALLAEYS, François. **Definir la responsabilidad social: una urgencia filosófica. Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. 2013. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2873%3Aarticulo-francois-vallaeys-consultor-internacional-en-responsabilidad-social-francia&catid=233%3Aarticulos-relacionados&Itemid=966&lang=es&showall=1>. Acesso em: 10 mar. 2013.

VILLANUEVA, Ernesto. Responsabilidad social universitaria: um horizonte de cambios para las universidades latinoamericanas In: FUENTE, Juan Ramón de la; DIDRIKSSON, Axel (Coord.). **Universidad, responsabilidad social y bien público: el debate desde América Latina**. México: Miguel AngelPorruá, 2012.